

PROTAGONISMO SOCIAL E ALTERNATIVAS PARA O TURISMO¹

Cleide Galiza de Oliveira [°]
Rejane Medeiros ^{**}

Protagonismo social
e alternativas para
o turismo

Cleide Galiza
de Oliveira
Rejane Medeiros

O contato com a rede hoteleira da Região Metropolitana do Recife - RMR, durante uma pesquisa realizada em 1998, revelou uma área vocacionada para o turismo, embora despreparada para a sua devida inclusão nesse mercado. O empresariado aí inserido se ressentia da ausência de parceria com o Governo Estadual e também demonstrava preocupação com *"a dificuldade em articular representantes da iniciativa privada para lutar pela conquista de espaço nos mercados nacional, regional e mundial. Reconhecem que o esforço isolado e individual não consegue extrair resultados significativos"* (Hazin; Oliveira; Medeiros, 2000: 33).

Entretanto, em meio à desarticulação, um dos pólos turísticos visitados chamou a atenção por apresentar um nível de organização diferenciado. Trata-se da praia de Porto de

Galinhas, situada no litoral sul e parte integrante do município de Ipojuca, em Pernambuco. Nas conclusões da pesquisa que retrata o perfil da rede hoteleira da RMR, onde são apresentadas propostas para o debate com os que lidam com o turismo no Estado, o referido município é apontado como um exemplo de que é viável começar a mudar, a partir da organização de parcerias dos vários segmentos que compõem a rede de serviços oferecidos para o turista. (Ibidem: 55).

A entrevista com uma representante da Secretaria de Turismo de Ipojuca evidencia um outro nível de organização envolvendo pequenos e grandes empresários da hotelaria, além da criação de inúmeras associações: bugeiros (responsáveis pelo transporte dos turistas, em automóvel aberto conhecido como bugre, pelas várias praias), jangadei-

¹ Mestra em Sociologia e pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: galiza@fundaj.gov.br

^{**} Mestra em Sociologia e pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: rejane@fundaj.gov.br

ros, barraqueiros, moradores, artesãos e outros. Havia, ainda, investimentos direcionados para uma Academia de Viagem e Turismo, voltada para estudantes da rede escolar municipal, com o objetivo de preparar a mão-de-obra visando ao aproveitamento desses jovens, principalmente nos estabelecimentos hoteleiros. *"Temos muita mão-de-obra desempregada e por isso queremos prepará-la para que ela possa ser absorvida pelos grandes hotéis que estão sendo construídos aqui"*, enfatizava a representante do poder municipal. A Academia tomou-se realidade a partir de várias parcerias conjugadas envolvendo iniciativa privada – American Express, o principal – e pública – estadual e municipal. A idéia central era qualificar e conscientizar para o turismo.

"Em 1996, alguns estabelecimentos contaram com a capacitação dos seus recursos humanos, através do Programa da American Express, em parceria com a prefeitura municipal, que elegeu a praia de Porto de Galinhas como Destino Oficial de Turismo, título dado somente por aquele cartão à cidade litorânea de Búzios e às ilhas do Caribe" (*Mendonça, 2004:78*).

Esse foi o cenário descoberto em 1998: uma praia muito bonita com uma população mobilizando-se para investir no setor emergente e, de forma organizada, procurar atender às demandas crescentes. O processo de transformação observado trazia algumas dúvidas e questões – de que forma ocorria esse enfrentamento? que segmentos estariam mais envolvidos com as constantes mudanças? – que constituíram o impulso inicial para um estudo mais detalhado.

A BELA ADORMECIDA

Durante a última década do século XX o Brasil e, em especial, a Região Nordeste, costumavam ser referenciados como "a bola da vez" no cenário turístico mundial. Os grandes grupos hoteleiros apontavam os seus tentáculos para essa área, conseguindo isenções e estímulos governamentais para instalar grandes unidades nas praias brasileiras. Ao mesmo tempo, através do Programa de

Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE, o Governo Federal injetava recursos na melhoria da infra-estrutura local, construindo estradas que iam facilitando o acesso às pequenas vilas de pescadores ao longo do litoral.

Enquanto isso, os brasileiros residentes nos municípios propícios à instalação de um pólo turístico, devido aos atrativos naturais, estavam alheios ao que os esperava. Acostumados a viver em áreas pouco povoadas, com estradas de terra, quase intransitáveis no período chuvoso, com árvores frutíferas à disposição para saciar a fome e divertir as crianças, com espaços amplos e, principalmente, muito silêncio e muita paz, os moradores de Porto não sabiam o que lhes reservava o futuro.

"Era tudo mais favorável. Tinha mais facilidade. No ano que nasci, em 1933, tudo era favorável. Nasci dentro de um sítio. Meu pai criava cabra, peru, galinha... aqui criava muito peru, galinha, pato, guiné. Hoje, roubam tudo. Tem que ser tudo no dinheiro. Antes de lotear podia criar, depois que loteou acabou-se. Os ladrões vêm de noite para arrombar". (*depoimento de uma antiga moradora de Porto de Galinhas que resiste às ofertas de compra para a sua casa por parte dos forasteiros*).

"Antigamente botava de manhã cedo a rede na beira da praia e quando ia buscar estava a coisa mais linda de peixe, hoje em dia... acho que é por causa da luminária [lâmpadas para iluminar a beira-mar]. Acabaram as tartarugas, os golfinhos... eram tantos, tantos, era a coisa mais linda. A gente saía e eles ficavam pulando" (*depoimento de uma proprietária de um pequeno restaurante popular, casada com um antigo pescador*).

A vida dos moradores seguia o ritmo da natureza. Viviam em total harmonia com o meio ambiente e utilizavam o conhecimento sobre o clima, o mar, as frutas, as ervas para ir sobrevivendo e deliciando-se com os prazeres cotidianos, tais como: fazer uma pescaria, aproveitar o tempo para "tirar uma prosa" com os conhecidos, beber uma cachaça.

Protagonismo social e alternativas para o turismo

Cleide Galiza de Oliveira
Rejane Medeiros

O ritmo lento e tranqüilo que orientava as ações diárias das famílias é acionado, hoje, com saudade e nostalgia: havia mais tempo para a família, os amigos e conhecidos. Não eram capazes, como hoje, de fazer um contraponto com o ritmo agitado de um pólo turístico, uma praia famosa na qual a terra deles se transformou.

Uma turista alemã, em seu livro sobre uma viagem pela América do Sul, na parte dedicada a Porto de Galinhas, comentando sobre um jovem de 14 anos, refere-se à falta de perspectivas para a população da área: uma realidade não percebida pelos habitantes de Ipojuca, àquela época, com uma vida ainda restrita ao seu pequeno vilarejo.

“A vida dele está ficando igualzinha à dos homens em geral por aqui: pescar um pouco, às vezes pegar qualquer trabalho ocasional, gerar filhos e beber cachaça. Já para as mulheres existe tão somente o trabalho doméstico, na casa delas ou na dos outros.” (Illig, 1993: cap. 2).

Nesse mesmo livro, Illig descreve a situação encontrada naquela praia: as moradias eram simples, sem água encanada e sem energia elétrica, sendo o piso de terra batida. Não pareciam estar vivendo em pleno século XX. Não assistiam à televisão, o que era apontado como outra desvantagem de morar ali. E mesmo assim, não desejavam migrar para centros urbanos maiores.

Havia uma certa homogeneidade quanto às condições socioeconômicas de quem residia, de inverno a inverno, naquela praia. Durante o verão chegavam algumas famílias de proprietários de terra para aproveitar as férias escolares. Era esta a grande mudança na densidade populacional de Porto de Galinhas.

“Inicialmente era (...) a construção, aquisição ou aluguel de segunda residência. O campismo chegou logo em seguida, tendo existido uma área explorada empresarialmente dedicada a essa prática na praia de Maracaípe, e hoje abandonada. Logo, a beleza do litoral, notadamente na área da Vila de Porto de Galinhas, atraiu personalidades públicas

formadoras de opinião chamando a atenção para o destino e dando seguimento ao surgimento dos primeiros meios de hospedagem, inicialmente pequenas pousadas”. (Plano Diretor: 2004: 33).

“De fato, até meados da década de 70, quando chegou a eletricidade, Porto de Galinhas era o que Arnoud [poeta que freqüentava a praia quando criança] corretamente chamou de paraíso perdido. (...) Mas o progresso chegou a Porto. O candeeiro foi substituído pela energia elétrica e com ela chega a febre dos loteamentos”. (Mendonça, 2004:54).

No final da década seguinte, mesmo depois de algumas alterações que começavam a atrair mais veranistas e turistas, o local ainda era encantador. Illig (1993: cap.2) registra impressões sobre essa transição, lançando hipóteses sobre o futuro da praia que terminaram sendo comprovadas:

“Então são nossos a praia, o mar e os arrecifes situados na nossa frente e visíveis só quando o mar está seco, e a cada manhã estamos fascinadas com tamanha beleza. Somos as únicas, Josi e eu, a não nos alegrarmos com a conclusão da pista, a estrada asfaltada até Porto de Galinhas. Os habitantes do lugar, porém, e os veranistas, aqueles que têm aqui uma casa de férias, mal podem esperar, pois um dia não haverá mais nenhum problema para ganhar Porto, nem no inverno (com temperatura de 30 graus), época em que até agora mal se circula, depois de chover, por essa estrada de lama e areia. Em tais condições, a estrada se enche de buracos, fica inteiramente debaixo de água e somente o ônibus percorre a distância sem maiores dificuldades”. (Illig, 1993: cap.2).

A estrada foi o sinal, finalmente, de que o mundo industrializado estava chegando perto e iria romper o isolamento daquela comunidade. Através desse caminho, asfaltado, viria o turismo de massas, apresentado como alternativa de desenvolvimento econômico para o município de Ipojuca. E, seguindo as tendências vigentes da sociedade capitalista, iria, provavelmente, mon-

Protagonismo social
e alternativas para
o turismo

Cleide Galiza
de Oliveira
Rejane Medeiros

tar a sua estrutura voltada para a extração máxima do lucro, sem uma preocupação protecionista, tanto com relação ao ambiente como em relação à cultura local. Assim, aquele vilarejo iria despertar, tal qual a lenda infantil da Bela Adormecida, para uma nova vida que enchia de esperança os corações e mentes dos moradores do lugar.

"Era um paraíso... sem poluição, sem ganância, era um paraíso, literalmente, onde você vinha, deitava embaixo de um coqueiro, fritava peixe com um cabaço de coco e dava tudo certo", disse uma entrevistada e pequena comerciante.

O cenário que antecede a década de oitenta não era muito diferente em outras localidades do litoral brasileiro, como revelam os estudos realizados na Praia do Francês (município de Marechal Deodoro, Alagoas), na Praia dos Ingleses (município de Florianópolis, Santa Catarina) e em Canoa Quebrada (município de Aracati, Ceará):

"Os nativos mais antigos contam que havia muitos peixes e frutas nativas. As casinhas tinham as paredes e o teto feitos com as palhas dos coqueiros e, no seu interior, havia camas, bancos e mesas. O fogo era no chão, feito com as lenhas que as mulheres e as crianças buscavam no mato. A luz vinha da Lua ou de candeieiros. A água, de cacimbas, que servia para beber, tomar banho e para as mulheres lavarem as roupas". (Oliveira, 1998: 31).

"As características da comunidade dos Ingleses, que fica ao norte da Ilha de Santa Catarina, eram de uma população composta basicamente de descendentes de açorianos, pescadores de rede, pequenos agricultores de plantação para subsistência da alimentação familiar, alguns pequenos comerciantes, funcionários públicos municipais e estaduais, donas de casa e estudantes. As pessoas residiam à beira-mar, perto dos barcos de pesca". (Silva, 2003: 180).

"A atividade do turismo em Canoa Quebrada se intensificou exatamente na década de oitenta, onde o tipo de turismo mudou de turismo de pequenos grupos, para o turismo de massa" (Esmeraldo, 2002: 100).

O PARAÍSO PERDIDO

A idéia de "paraíso perdido", utilizado pelo poeta Arnould, para definir Porto de Galinhas (Mendonça, 2004:54), expressa a beleza daquela localidade, escondida pelo coqueiral e pelo canavial das usinas de açúcar. Entretanto, hoje, após a invasão do turismo de massas, falar de "paraíso perdido" pode significar, diferentemente, o desaparecimento de um tipo de vida que vai sumindo à medida que essa praia vai se tornando destino turístico de estrangeiros - notadamente os europeus - e de brasileiros de vários pontos do país. A cada ano vai crescendo o número de pessoas que definem Porto como o passeio ideal para concluintes de curso universitário, em Portugal, e para recém-casados do sul e centro-sul do Brasil. Virou moda viajar para Porto, como comentam os casais em lua-de-mel. Os habitantes locais reconhecem o "glamour" que foi criado em torno do nome da praia, passando a ser um passaporte para bom atendimento quando os comerciantes saem para abastecer as suas lojas.

As mudanças provenientes da descoberta do local como destino turístico refletiram sobre a população das mais diversas formas, transformando cotidianos, profissões e vidas. *"Aqui não cresceu: explodiu!"* - declarou uma entrevistada, integrante de uma das associações de artesãos.

"O pessoal se tornou favelado. Isso é grave. A economia cresceu mas... a falta de informação [também cresceu]... estão sentindo na pele. Chega um alemão, tem que falar alemão, chega um italiano, tem que falar italiano. Não tem mais pescador, nem peixe. Antigamente a gente ia para a beira do campo, era um silêncio, só escutava o grito do pessoal e as ratoeiras de guaiamum somente pá! pá! pá! [uma armadilha artesanal construída para pegar um tipo de crustáceo que vive nos mangues] Hoje a gente só escutava trim... trim... do celular tocando. (...) A marginalidade cresceu, a prostituição cresceu, o tráfico de drogas. A conscientização do povo que não existia, hoje existe. Hoje a gente não sabe quem é quem. Hoje não conhecemos

Protagonismo social e alternativas para o turismo

Cleide Galiza de Oliveira
Rejane Medeiros

mais ninguém. Se houvesse um acidente, uma morte, todo mundo ajudava. Aquela humanidade existia". (análise de um comerciante e presidente de uma associação de moradores, radicado no município desde 1982).

"Os donos de Porto não viam os barraqueiros com bons olhos. Alguns foram ameaçados de morte. Foi muito difícil. Foi antes de a associação ser formada. Foi quando Porto se tornou destino turístico". (relato de uma pequena comerciante – barraqueira – que diariamente monta o seu pequeno bar na beira-mar).

Os moradores que, no final da década de oitenta, viam a nova estrada de acesso a Porto como um sinal de novas oportunidades, esperanças de dias melhores, com alternativas de trabalho diversificadas, hoje são cidadãos conscientes dos prejuízos e das vantagens decorrentes do desenvolvimento do turismo no município. É possível que o trabalho desenvolvido pela Prefeitura, entre 1997 e 2000, tenha contribuído para apressar o processo organizativo dos vários segmentos de profissionais envolvidos com o turismo, já que destacava, como pontos principais: qualificar e conscientizar (Hazin; Oliveira; Medeiros, 2000).

Uma outra pesquisa também reforça o diferencial produzido por um modelo de gestão municipal, então adotado, onde foi possível "integrar empresas, instituições públicas e associações de moradores, numa convivência social voltada para a melhoria da qualidade de vida" (Galindo; Guimarães, 1999: 17) possibilitando a criação de elos de articulação entre as atividades que constituem o pólo.

Não se pode deixar de levar em consideração, ainda, um outro fator desencadeante de reflexões que propiciam a busca do associativismo: a luta diária em um mercado de trabalho com nova configuração e novos atores. As ameaças, como a citada pela barraqueira, o medo, a competição, a falta de solidariedade, a chegada, sempre constante, de forasteiros, são variáveis que foram contribuindo para fortalecer a identidade en-

tre os componentes dos vários segmentos, tais como: pescadores, barraqueiros, bugieiros, hoteleiros, moradores e outros. Lembra, de certa maneira, o processo de identificação coletiva, ocorrida nos anos oitenta, no Brasil, de onde emergiram os novos movimentos sociais que lutavam pelo "livre exercício da cidadania" (Medeiros, 1992: 15).

"Os barraqueiros tinham dificuldade de conversar conosco porque achavam que a Prefeitura trabalhava contra eles", informou uma representante do poder público municipal (gestão 1997-2000), envolvida com o primeiro programa voltado para qualificação "do pessoal que já trabalhava na área".

Foi necessário um tempo de maturação e de convivência com a nova realidade para que os habitantes rompessem o isolamento e o luto pelas perdas vivenciadas, a desconfiança com relação aos técnicos enviados pela Prefeitura e a descrença em si próprios como agentes de transformação.

Uma das associações de moradores surgiu, segundo o seu presidente, "da necessidade de um grupo de pessoas da comunidade em querer desenvolver um trabalho de conscientização da cidadania para todos" (Mendonça, 2004:190). Os barraqueiros e barraqueiras, cansados da disputa por um lugar ao sol, na areia da praia, onde montam o seu pequeno comércio, também fundaram a sua associação. O depoimento da sua presidente, falando de si e do resultado de um curso sobre manipulação de alimentos, ministrado aos associados, resume a trajetória desses profissionais:

"Eu vendi minha loja, a minha casa a um cara que veio lá de São Paulo, Rio e eu vou continuar sendo barraqueira? Porque é o que eu sei fazer. Tudo é tão assustador porque eu passei essa experiência. Briguei com o Sebrae [Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] e aí precisava do 1º grau e meu pessoal é analfabeto mas eles têm estomago, eles falam, eles entendem. (...) Eu acredito na capacidade do ser humano. Eu fiquei muito feliz. Um dia alguém me disse que quando se mexe no brio do

cidadão ele passa a se esforçar mais (...) Os barraqueiros são pessoas que cortavam cana, essas pessoas começaram com carrinho de mão, depois compraram barraquinhas e cadeiras. Eles se descobriram vendedores e ganham muito mais do que lá no campo."

DE PESCADORES A JANGADEIROS

A relação entre o poder público municipal e os moradores foi se intensificando pois ambos sabiam da interdependência inerente ao desenvolvimento das atividades turísticas no local.

"As mais recentes teorias de desenvolvimento local também ressaltam este papel do investimento no chamado capital social de uma cidade ou região. O PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo – é uma ação do Governo Federal que reforça esta preocupação. Partindo desta filosofia, não cabe somente ao governo prover a solução de todos os problemas com os quais uma sociedade se debate". (Ibid: 181).

As informações obtidas nos cursos oferecidos aos moradores e o contato com técnicos e pessoas vindas de outros países, com experiências diferentes, foram revelando oportunidades de outros ganhos, além da pesca, dentro da nova atividade econômica voltada para o lazer do visitante. Uma pesquisa realizada em outra área litorânea do Brasil mostra como é alterada a percepção sobre a praia:

"Os nativos passam a ver Canoa Quebrada não somente como um lugar paradisíaco, mas como um produto turístico gerador de renda, empregos e lucro. Deste modo o turismo passa a ser considerado um vetor de desenvolvimento das economias locais, conduzindo à exploração dos recursos naturais, históricos ou culturais como negócios". (Esmeraldo, 2002: 100).

Um outro estudo desenvolvido na praia do Francês, em Alagoas, revela que o pescador apresenta dificuldades em enfrentar um mercado de trabalho que não seja ligado à atividade pesqueira, uma vez que a pesca se constitui...

... "uma atividade solitária, de espera, de contar com a sorte, de se depender das marés, da direção dos ventos (...) Todo esse conhecimento adquirido deve ser abandonado e passa a não ter valor algum para se ser comerciante. O 'pescador' não aceita essas novas relações constituídas. Uma das ações para se preservar, encontrada pelo pescador, foi isolar-se e evitar as transformações" (Oliveira, 1998:137).

Situação distinta ocorreu em Porto de Galinhas. Os pescadores aí situados formam um dos segmentos mais organizados permitindo, assim, a transformação dessa categoria em jangadeiros para atender às novas demandas turísticas locais. Um desses profissionais, criador dos passeios de jangada, conta como teve início a transformação:

"No início só tinha tartarugas. Eu dizia: se não vê, não paga. Eu levava a jangada pra bem pertinho, eram quatro, cinco tartarugas. Parava no lugar que nem dava pé, nem se chamava piscina. As coisas foram melhorando e comprei uma jangada pra mim e botei o nome de minha menina Edna Maria na vela e escrevi: "aluga-se". Aí o pessoal gostava. Esse negócio de peixes e piscina não existia não".

Os pescadores, transformados, hoje, em jangadeiros, fazem parte de uma associação que, em junho de 2004, possuía noventa e quatro sócios: 88 assumindo a tarefa de levar os turistas ao mar e 6 como coordenadores. Esses últimos "monitoram" o tráfego das jangadas, "obedecendo à lista da vez", com remuneração mensal de 1,5 salário mínimo (cerca de 136 dólares). O presidente não recebe salário para desempenhar o cargo mas começou a "correr atrás das velas de propaganda", ficando com R\$10,00 (ou 3,5 dólares) por cada vela conseguida. Esclarece, ainda, durante a entrevista, que "qualquer jangadeiro pode fazer isso: se ele conseguir o patrocínio ele ganha".

Os jangadeiros de Porto guardam semelhança com os de Canoa Quebrada, no Ceará, no seu processo de organização e redefinições. Esmeraldo (2002), nesse estudo, mostra as mudanças dessa categoria com

a chegada do turismo e o enfrentamento para adaptar-se à nova realidade. Em Porto de Galinhas o reordenamento fez ampliar o leque de atividades relacionado à profissão com a criação de especializações: coordenadores (responsáveis pelo monitoramento e controle do fluxo dos jangadeiros) e roleiros (encarregados de tomar conta dos rolos feitos de troncos de coqueiros, usados para deslizar a jangada para dentro do mar).

A necessidade de se organizar surgiu das várias interferências sobre a categoria, conforme relata o presidente da Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas:

"Alguns monopolizavam os jangadeiros. Os guias pressionavam e queriam 50% de comissão. Tinha gente com quatro jangadas. A agência ou o hotel já indicava o jangadeiro. As coisas não estavam dando certo. Chegavam dois, três ônibus e só um grupo de jangadeiros trabalhava. Alguns começaram a questionar essa monopolização. As agências de São Paulo pagavam quanto queriam. Daí surgiu a idéia de fundar a associação. Fizemos várias reuniões e me indicaram como presidente. O sistema começou a mudar".

Estruturados enquanto associação, os trabalhadores do mar vão tomando consciência da sua força, importância e responsabilidade no contexto do turismo; mudam o ritmo das suas vidas e das suas respostas aos organismos responsáveis pela normatização da navegação, enfrentando as agências de turismo, os hotéis, a Prefeitura e demais agentes envolvidos no pólo receptivo. E, como os trabalhadores estudados por Medeiros (1992: 15), vão *"materializando a sua existência e incorporando nas atividades de seus agentes, ou de seus opositores, uma identidade social conhecida e reconhecida, produto de uma longa e lenta elaboração coletiva"*.

"As jangadas têm seguro obrigatório, registro na capitania dos portos, trabalham com coletes salva-vidas, máscaras [para mergulho nas piscinas do mar], carteira de habilitação. A idéia é tirar uma carteira para que possam [os jangadeiros] trabalhar como marinheiros. Se der uma queda no turismo pode trabalhar no Por-

to de Suape [principal porto de Pernambuco que fica no mesmo município]", explica o presidente da entidade.

Eles aprenderam a não mais viver no imediatismo. Fazem projeções para o futuro, tentando precaver-se quanto à queda do fluxo turístico em Porto, hipótese que tem estado presente nas conversas dos moradores e comerciantes, ancorados na falta de infra-estrutura local e na falência de um outro pólo conhecido de todos – Itamaracá, situado no litoral norte de Pernambuco. Essa ameaça é real e chega a ser citada no Plano Diretor², recentemente preparado para o município de Ipojuca.

"Tais fatos levam à constatação da existência atual de sobrecarga de visitantes sobre a capacidade de atendimento da infra-estrutura pública e de serviços da localidade, notadamente nas vilas de Porto de Galinhas e Serrambi, sendo que a primeira se ressentia mais fortemente pela maior presença de visitantes (...) a infra-estrutura existente, que já se mostra insuficiente para o atendimento à demanda atual, notadamente nos períodos de alta estação, e que poderá, se agravado, comprometer definitivamente o produto turístico oferecido". (Plano Diretor: 2004: 36-7).

Os jangadeiros e, em especial, as suas lideranças estão sempre atentas para não perderem oportunidades comerciais no mercado turístico. Quando necessário, utilizam estratégias e armas normalmente usuais para os sindicalistas urbanos, quando em negociação por melhores condições de trabalho e de salário. Em 2004, organizaram um protesto e conseguiram o que precisavam naquele momento, como esclarece o presidente da entidade:

"A associação é muito forte. Há três anos atrás houve um problema com os coletes [salva-vidas, obrigatórios]. A Capitania dos Portos entregou, em cima da hora, o documento que regulamentava o uso desse equipamento e aí fizemos uma paralisação. Ninguém fez passeio de jangada, paramos 48 horas. Os hotéis, as agências de turismo começaram

a ligar e aí formou-se uma comissão para verificar o que aconteceu. Pedimos a mudança dos responsáveis na Prefeitura porque [eles] deram apenas 24 horas para a compra dos coletes. Nem todo mundo tem dinheiro guardado e quem comprou esperou os outros comprarem”.

A cada embate fica mais evidente que a saída para os problemas vem da união, da parceria que fortalecem e nivelam o grupo, havendo oportunidades para todos. Eles contam com o apoio da Colônia dos Pescadores e da Prefeitura para coibir a atuação de clandestinos: só recebe a autorização do município para levar os turistas ao mar quem for avalizado pela Associação. *“O associado é o jangadeiro”.* Não há espaço para que “estrangeiros” [pessoas que não sejam de Ipojuca ou não morem lá] participem desse mercado de trabalho específico da categoria. Eles conseguiram vetar as possibilidades de invasão. Esse, talvez, seja um dos aspectos da sua fortaleza e da sua respeitabilidade: a defesa do espaço de atuação dos nativos.

A experiência de alguns anos participando de cursos e reuniões com os técnicos, como também fazendo parte de vários programas já desenvolvidos em Porto, habilita os jangadeiros a reconhecerem os efeitos de sua inserção e de sua força nos embates com os poderes constituídos, ao mesmo tempo em que são capazes de perceber quando as idéias discutidas não passam de “faz de conta” e as soluções encontradas são apenas “maquiagem”. Criticam, também, quando a Prefeitura convida pessoas que não têm interesse pelo assunto enfocado. Esses “personagens”, segundo eles, vão às reuniões, “por uma questão de status” [sentem-se importantes participando].

Até que ponto a população local é inserida nas discussões que tratam de sua própria realidade? A valorização e a preservação do patrimônio – cultural e natural – requer, de antemão, um conhecimento aprofundado, uma vivência natural aos que residem e possuem as suas raízes naquela localidade. O conhecimento teórico e técnico, sem levar em consideração a experiência de quem já esta-

va na área, pode levar a equívocos danosos aos seres humanos e à natureza.

A entrevista realizada com o Secretário de Turismo de Ipojuca reforçou a importância dessa categoria de trabalhadores para o Poder Público e para o desenvolvimento do turismo. Falando sobre um Projeto de Preservação dos Arrecifes e Corais, para ordenar o passeio por essa área, declarou que foi um trabalho articulado com os jangadeiros: *“sem eles estaria perdido”.*

A idéia inicial era proibir o passeio pelas piscinas protegidas pelas formações de corais, visando à proteção da natureza. Essa determinação poderia deixar os trabalhadores do mar quase sem clientela e enfraquecer o fluxo turístico para Porto, já que as piscinas e os corais constituem o cartão postal dessa praia. Foi quando os jangadeiros propuseram uma alternativa diferente: criar uma trilha, em cima dos recifes de coral, com o objetivo de garantir a conservação do ambiente sem impedir, portanto, a visitação. Apenas 20% da área dos arrecifes são utilizadas e fiscalizadas por cinco monitores.

O presidente da Associação dos Jangadeiros reconhece que é grande o impacto das visitas sobre os corais, mas a entidade orienta os associados a não remarem sobre os recifes e, também, a exercerem o controle sobre a pesca e caça nas piscinas naturais.

A experiência dos jangadeiros, originariamente pescadores da praia de Porto de Galinhas, revela o exercício de uma prática que reúne Poder Público e comunidade, com suas controvérsias e discussões mútuas, características comuns de relações com interesses, algumas vezes, distintos. Porém, como assinala Silva (2003:99), *“fortalecer as comunidades para implementarem iniciativas não só de críticas, mas de proposições e atividades para o desenvolvimento de um turismo diferente e socioambientalmente responsável é condição primeira para dar outro rumo ao seu desenvolvimento”.*

Não é possível garantir que, a partir dessa experiência, a parceria entre comunidade e Poder Público vai continuar sem fissuras e se mantenha cada vez mais for-

Protagonismo social e alternativas para o turismo

Cleide Galiza de Oliveira
Rejane Medeiros

talecida. Mas uma semente foi plantada, mostrando que a sabedoria popular pode ser o sinal indicativo de onde as pedras deverão ser colocadas para assegurar uma base sólida para a sobrevivência desse pólo turístico, desde que exista uma assessoria para dar maior embasamento às idéias propostas pelos setores organizados da sociedade e garantir o equilíbrio entre o avanço econômico e a conservação do patrimônio.

“A sustentabilidade não é um problema técnico a ser resolvido. É uma percepção de futuro que deve orientar o foco das ações dos projetos/programas para valores e princípios éticos e morais, que coloquem os seres humanos no centro do desenvolvimento”. (Batista; Marcelino; Barros, 2003: 34).

Um dos fatores a ressaltar na participação dessa categoria de trabalhadores nos embates sobre o novo formato econômico das relações que se estabeleciam com a chegada da atividade turística é a sua capacidade de criar alternativa – de pescadores a jangadeiros, por exemplo – que possibilite a inser-

ção da população na nova lógica de mercado para evitar a sua exclusão. A discussão compartilhada com segmentos representativos da sociedade local e com os demais setores envolvidos com o Turismo se insere no debate contemporâneo em que os modelos “foram acrescidos das abordagens sobre participação, envolvimento e bem-estar das populações locais” (Luchiari, 2000:7), em complemento às análises que evidenciavam apenas as questões de fluxo, capacidade da rede hoteleira, nível de ocupação, etc.

A relação entre a população local e o poder público é importante para a solução dos problemas gerados pela exploração desordenada e como esse movimento - que envolve mobilização, discussão, conscientização - pode gerar uma maior consciência do cidadão. Ser protagonista é isso que os jangadeiros têm mostrado em Porto de Galinhas: fazer greve para defender o direito de trabalhar, criticar quando necessário e sugerir, sempre que possível, procurando defender e proteger a sua comunidade, a sua praia, o seu município e o seu país.

Protagonismo social
e alternativas para
o turismo

Cleide Galiza
de Oliveira
Rejane Medeiros

Notas

¹ Este artigo é produto de uma pesquisa realizada em 2003/2004, pela Fundação Joaquim Nabuco e coordenada por suas autoras, no município de Ipojuca, em Pernambuco, especificamente na praia de Porto de Galinhas, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia.

² O Plano Diretor para o Turismo elaborado para o município de Ipojuca, "objetiva definir diretrizes conceituais, políticas e operacionais que orientem o desenvolvimento da atividade em um destino, partindo da definição e segmentação de seu produto, do qual decorrerão a imagem a ser

trabalhada nos diversos mercados emissores de visitantes e a proposição de linhas de ação a serem seguidas, no sentido de tornar a experiência do visitante o mais consoante possível com as expectativas geradas e motivadoras da decisão de viajar para uma determinada localidade" (Plano Diretor: 2004: 8). A referida proposta foi elaborada, seguindo a metodologia apresentada no documento, recorrendo a pesquisas, reuniões e entrevistas individuais com integrantes e dirigentes de entidades de classe, agentes privados e públicos responsáveis pelo setor, além de visitas aos atrativos do município.

Protagonismo social
e alternativas para
o turismo

Cleide Galiza
de Oliveira
Rejane Medeiros

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Jolúzia; MARCELINO, Fabiana; BARROS, Ilena Felipe. *Impactos do desenvolvimento do turismo no litoral sul do Rio Grande do Norte*. In: CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio (Org.). *Dimensões da Desigualdade no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2003.
- ESMERALDO, Luiz Régis Azevedo. *Jangadeiros e Pescadores. Os dilemas do turismo em Canoas Quebrada, Aracati – CE*. Fortaleza, CE: Ed. SENAC Nacional, 2002.
- GALINDO, Osmil e GUIMARÃES, Paulo Ferraz. *Novo Ciclo de Investimentos e Inovações Tecnológicas no Setor de Turismo no Nordeste*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1999.
- HAZIN, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza; MEDEIROS, Rejane Pinto de. *Turismo e Mão-de-Obra: Entre o Real e o Ideal*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Universidade Católica de Pernambuco, 2000.
- ILLIG, Meike. *BRASIL – auf diese Hocker möchte ich wieder Erinnerungen an ein südamerikanisches Jahr*. Würzburg: Grafischer Betrieb Bonitas-Bauer, 1993. Tradução de Etienne Druppel (etienne@elogica.com.br), Recife, 2004.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. *Turismo e Território: sustentabilidade para quem?* Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com
- Base Local Joinville /SC http://redebonja.cbj.g-12.br/ielusc/turismo/lventbl/trab_coord_07_01.
- MEDEIROS, Rejane Pinto de. *Cotidiano sindical: entaves e bandeiras*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992.
- MENDONÇA, Luis Carvalheira de (org.). *A invenção de Porto de galinhas: História, empreendedorismo e turismo*. Recife: Persona, 2004.
- OLIVEIRA, Adélia Augusto Souto de. *Turismo e Comunidade: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- Plano Diretor para o Turismo do Ipojuca*. Pernambuco: 2004.
- SILVA, Jefferson Souza da. "Sobre a relação entre sociedade civil e BID no contexto Prodetur". In: CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio (Org.). *Dimensões da Desigualdade no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2003.
- SILVA, Yolanda Flores e. "Pobreza, Violência e Crime – Conflitos e Impactos Sociais do Turismo sem Responsabilidade Social". In: BANDUCCI JÚNIOR. Álvaro; BARRETO, Margarita (Orgs.). *Turismo e Identidade Local. Uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Protagonismo social
 e alternativas para
 o turismo

Cleide Galiza
 de Oliveira
 Rejane Medeiros

